



Versões Quentes e Frias: Chavez e Lula nos Livros Didáticos Brasileiros e Venezuelanos (2013-2015)

André Luan Nunes Macedo¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo comparar os ensinamentos de história brasileiro e venezuelano a partir da análise de livros didáticos. Pretendemos compreender a construção política de Lula e Chávez nesses materiais. Do ponto de vista da Venezuela, um dos materiais escolhidos é feito pelo próprio governo bolivariano. Além dele, utilizamos o material feito por uma editora privada que, em tese, seria um contraponto à história contada pelo governo bolivariano. No caso brasileiro, utilizamos os materiais didáticos melhores avaliados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2014. O quadro traçado permite visualizar um grande contraste nas formas e apropriações realizadas por Chávez e Lula em seus países.

Palavras-Chave: Livros Didáticos, América Latina, Lula, Chávez.

Warm and cold versions: Chavez and Lula in Brazilian and Venezuelan Textbooks (2013-2015)

Abstract: The following work has as objective the comparing of Brazilian and Venezuelan teaching history throughout the textbooks. We pretend to comprehend the political building of Lula and Chávez in these materials. From Venezuela's point of view, one of the chosen textbooks is made by the bolivarian government itself. Beyond, we utilized a textbook made by a private editor that, supposedly, would be a historical contrast counted by the bolivarian government. In the Brazilian case, we utilized the best evaluated textbooks by the Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) of 2014. The outlined framework allows to view a big contrast in the forms and appropriations realized by Chávez and Lula in their countries.

Keywords: Textbooks. Latin America, Lula, Chávez.

Considerações Metodológicas

Utilizamos como fonte de pesquisa nesse artigo dois livros didáticos venezuelanos e dois brasileiros. Do ponto de vista da Venezuela, os materiais escolhidos são feitos pelo próprio governo bolivariano, a chamada *Colecion Bicentenario*, publicada pela primeira vez em 2012, tendo sua segunda edição em 2013. Além dela, trabalhamos com o material didático impresso por uma editora privada – Santillana. Segundo os elaboradores da Bicentenario, os materiais da editora Santillana seriam um contraponto conservador à versão histórica formulada pela Revolução Bolivariana. Conseguimos os materiais digitalizados quando realizamos um

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (PPGH/UFOP). Mestre em História pela Universidade Federal de São João Del-Rei (PGHIS/UFSJ). Foi professor substituto na Universidade Federal de Alagoas (2016). O artigo em questão é fruto do trabalho desenvolvido entre 2013 e 2015 no Mestrado, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente é Pesquisador Visitante pelo Programa Doutorado Sanduíche da CAPES no *Centre for Postcolonial Studies da Goldsmiths, University of London*.



trabalho de campo, ao conversar diretamente com o vice-ministro responsável pela direção da publicação destes materiais. Trata-se de uma tiragem de 450 mil exemplares espalhados por todas as escolas públicas do país.

São materiais voltados para alunos do primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio. Existe um volume alto de exemplares dos materiais venezuelanos que tocam no assunto, mostrando que o objeto de pesquisa para a confecção deste artigo não se limita a esses exemplares. Nesse sentido, temos como objetivo analisar a história nacional segundo o chavismo enquanto perspectiva ideológica.

No caso brasileiro, utilizamos os materiais didáticos melhores avaliados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2014: o Projeto Araribá e História e Vida Integrada. Os critérios do PNLD estão contidos em uma Ficha de Avaliação que analisou os livros a partir dos seguintes elementos: “(1) manual do professor; (2) componente curricular História; (3) proposta pedagógica; (4) formação cidadã e (5) projeto gráfico” (MEC, 2013, p. 16).

A Política e os Usos do Passado: O Livro Didático como Objeto de Disputa da Narrativa Histórica

Certa vez, durante uma aula de Teoria da História na minha graduação na Universidade Federal de São João Del-Rei, o professor Danilo Ferretti, ao comentar sobre a historiografia da Revolução Francesa, fez uma declaração que me deixa inquieto há algum tempo: “já faz mais de 200 anos que aconteceu a Revolução Francesa. Logo, são 200 anos de escrita diferente sobre ela”. Creio que quis dizer que a mudança ao longo do tempo transforma - junto com a visão de mundo do historiador sobre determinado tema – a orientação temporal dada a determinados eventos políticos, costumes e manifestações culturais considerados importantes para a humanidade.

O ser jacobino em 1789 não é o mesmo ser jacobino de 1989 de François Furet quando se contrapõe ao historiador marxista Michel Vovelle, também de sua época. Outra declaração que tenho carregado durante anos diz respeito a uma fala de Lênin sobre o primeiro Estado Socialista da humanidade. É um trecho que Christopher Hill reproduziu em uma biografia em homenagem a liderança soviética:

O que foi conquistado pela Revolução Russa é inalienável, nenhuma força terrestre poderá privar-nos disso [...] Durante centenas de anos construíram-se Estados pelo modelo burguês, e agora foi revelada a primeira forma não-burguesa de Estado. Talvez nosso aparelhamento seja muito ruim, mas dizem que a primeira máquina a vapor inventada era ruim também: nem sabiam se funcionava ou não [...] E o fato é que hoje temos máquinas a vapor. Por pior que seja o nosso aparelhamento, ele aí está:



fez-se um invento da maior importância histórica, criou-se um tipo proletário de Estado. Vamos deixar que toda a Europa, portanto, vamos deixar que milhares de jornais burgueses espalhem notícias de horrores e misérias e sofrimentos a que se submetem os trabalhadores em nosso país – pois, com tudo isso, em toda parte do mundo, todos os trabalhadores sentem-se atraídos pelo Estado soviético (LENIN apud HILL, 1967, p. 157).

A fala de Lênin assume ares de profecia. Durante todo o século XX, a escrita sobre a história da Revolução Soviética foi feita em um fórum internacional de partidos comunistas, entre os partidos de esquerda não-alinhados, partidos conservadores-liberais e pela imprensa. Todos emitiram uma opinião sobre a “primeira máquina a vapor socialista” do mundo. A União Soviética foi o primeiro parto revolucionário da humanidade que consistia num novo código ideológico e na implementação econômica de um modo de produção socialista.

A União Soviética deixou de existir há 24 anos. Quando ela entrou em colapso, Eric Hobsbawm terminava sua última obra de fôlego não-ensaística, a “Era dos Extremos”, onde refletia sobre a história do século XX. Naquela época, o historiador inglês já declarava que a União Soviética era um objeto de difícil estudo, pois a considerava um “cadáver quente”. Ou seja, explicar as razões de seu colapso justamente na época em que entrava em crise não era tarefa fácil, pois as dimensões históricas e sociais ainda permaneciam vivas na memória coletiva. Interpretar os motivos do fim dessa federação socialista de nacionalidades era como dirigir numa estrada cheia de neblina.

Oito anos após a queda da União Soviética, surge um militar eleito democraticamente na Venezuela que, dois anos após a aprovação de uma Constituição que rompia com o modelo de Estado rentista-petrolífero e da “democracia modelo” da chamada Quarta República, inaugura a nova construção do socialismo na América do Sul, o chamado “Socialismo do Século XXI”. Diante do calor da queda da União Soviética e as subsequentes profecias fukuyanas pelo fim da história, novamente assistíamos à construção de uma civilização com a roupagem ideológica do socialismo na América do Sul. Um país que por anos se comportou como unívoco exportador de petróleo dos Estados Unidos, que não havia presenciado “experiências ditatoriais” como aquelas ocorridas nos países vizinhos a partir de fins da década de 40 em diante, elegia um presidente que, mais uma vez, identificava progresso com a construção de uma civilização socialista. Novamente, o socialismo encontrava calor nos trópicos, mostrando que a Frieza da Guerra não havia o aniquilado, ou tratado como uma experiência antiquada, “cafona” e defendida somente por Fidel Castro e seus correligionários em Cuba.



A eleição de Hugo Chavez na Venezuela é um marco histórico contemporâneo na América Latina. Sincronicamente à sua eleição, no continente aparecem novos governos reivindicando revoluções no Equador e Bolívia. Quatro anos depois, no Brasil, “pela primeira vez na história deste país” um operário chega ao poder. O fim da década de 90 e o início dos anos 2000 foram marcados pela tentativa de encerrar “a triste noite neoliberal”, nos dizeres de Rafael Correa. Mantendo nossa perspectiva metodológica, problematizamos as figuras de Hugo Chavez e Luís Inácio Lula da Silva nos livros didáticos em um período específico de três anos (2012 a 2015). O contraste entre ambos na perspectiva comparada proposta já nos fornece muito “pano pra manga”, uma vez que existem dificuldades prévias a serem colocadas, do ponto de vista epistemológico do próprio autor.

A primeira dificuldade na atribuição da comparação diz respeito ao já dito calor histórico. Falar de governantes que deram um tom simbólico “mais à esquerda” nas nações da América Latina nos últimos anos significa assumir que o terreno das fontes é nebuloso. Nebuloso e pouco estanque, diante da guerra de informação da internet e dos meios de comunicação de massa. A todo momento, Lula e Chávez aparecem nos noticiários de seus países e do mundo inteiro, configurando um enorme dinamismo de suas identidades políticas.

Apesar da ebulição de informações, ambos conseguiram construir uma identidade política autônoma, na qual seus nomes tornaram-se paradigmas teóricos de pensamento. Resumindo: as práxis políticas de Chávez e Lula conseguiram incluir “ismos” em seus nomes. Cabe questionar, portanto, como são tratados os chamados chavismo e lulismo nos livros didáticos.

A segunda dificuldade se apresenta em termos de contrastes físico-biológicos. De um lado, temos dois anos que se completa do falecimento – ou, para os venezuelanos bolivarianos, a “desaparição física” – de Hugo Chávez Frias. Justamente após sua morte, os livros da *Colecion Bicentenario* são publicados, com o intuito de disputar, com o mercado editorial privado, a concepção de educação e, no caso da história, a orientação prática no tempo de jovens que estão nas escolas públicas. Do outro lado, temos um Lula, vivo e disputando a esfera pública sem um livro de história “lulista”.

Dessa maneira, a história do ex-presidente é tratada nos livros didáticos dos mercados editoriais privados e por autores que seguem as políticas curriculares do Programa Nacional do Livro Didático e os Programas Curriculares Nacionais de História. Enquanto que, na Venezuela, a mediação entre a publicação dos livros e o Ministério da Educação ocorre



diretamente a partir de livros públicos. Cabe, portanto, analisar ambas as figuras em seu contexto nacional, investigando as aproximações e contrastes das narrativas destes materiais.

Chavez: Versões Quentes e Frias

O chavismo se define, do ponto de vista historiográfico, a partir de uma reinterpretação da história contemporânea nacional do século XX. Há uma necessidade de rompimento com certa visão historiográfica denominada como tradicional a respeito da história nacional. Nessa perspectiva, a história contemporânea sobre a Venezuela tinha uma orientação prática voltada para a “tese da excepcionalidade venezuelana de democracia modelo” (ELLNER, 2011).

A estratégia temporal do chavismo consiste em consolidar um marco a partir da edificação de uma nova república – a chamada V República. A V República seria oposta à era da chamada democracia modelo – influenciada por interesses norte-americanos de 1948 a 1998 – da IV República. Segundo o professor norte-americano Steve Ellner, a desconstrução da democracia modelo significa romper com a tese do excepcionalismo venezuelano:

Mucho de lo que se ha escrito sobre Venezuela há estado influenciado por la ‘tesis del excepcionalismo venezolano’[...] La tesis del excepcionalismo sostiene que la historia moderna venezuelana ha estado exenta de las luchas encarnizadas, los conflictos agudos de clase y los rencores raciales que han caracterizado a otros países latino-americanos. Por muchos años, los analistas políticos junto con representantes de círculos influyentes en Washington presentaron la visión del ‘excepcionalismo’, al etiquetar a Venezuela como una democracia modelo. [...] El argumento principal de los *chavistas* en su esfuerzo de alcanzar el poder fue que la democracia después de 1958 había traicionado los intereses nacionales e ignorados a los pobres y estaba plagada de corrupción (ELLNER, 2011, p. 13-20).

A tese da excepcionalidade venezuelana buscava amortecer a visão de conflito de classes, como houve nos países vizinhos e seus respectivos governos ditatoriais. Segundo o autor, a orientação prática no tempo sobre o período histórico em questão obedecia aos interesses norte-americanos, que ditavam as “regras do jogo” no que diz respeito à exploração petrolífera no país. É a partir da construção ideológica de um paradigma conservador, “corrupto e clientelista” que se percebe a construção de uma nova democracia, uma “democracia participativa”.

A partir dessa tentativa de reorientação política da consciência histórica nacional, os materiais da *Bicentenario* apresentam as mesmas perspectivas críticas assumidas pelo chavismo. Buscam apresentar uma outra versão da história contemporânea, realizando um balanço revisionista sobre o “*Pacto de Punto Fijo*”, o marco de inauguração do que é chamado de “democracia puntofijista”. Trata-se de um sistema político pautado na alternância de poderes entre a Acion Democratica, COPEI e URD. Estavam excluídos da disputa institucional da



democracia representativa, após o Pacto de Punto Fijo, partidos mais à esquerda, como o próprio Partido Comunista Venezuelano:

[...] En efecto, el 31 de octubre de 1958, los tres dirigentes citados se reunieron en la vivienda de Caldera en Caracas, la quinta Punto Fijo, de allí el nombre Pacto de Punto Fijo. En esa reunión concretaron acuerdos políticos para actuar unificadamente en el proceso electoral. Acordaron no postular un candidato único, sino que elaboraron un “Programa mínimo común”; y los tres partidos políticos quedaban comprometidos a que, en caso de ganar las elecciones el candidato de cualquiera de los tres partidos que suscribieron el Pacto de Punto Fijo, al asumir la presidencia de la República incluiría en su gobierno a miembros de los tres partidos. Aunque los dirigentes de esos partidos habían expresado al regresar al país, la tesis de mantener la unidad de las fuerzas políticas que habían cooperado en el movimiento que derrocó la dictadura, el Partido Comunista de Venezuela no fue invitado a la reunión que acordó el citado pacto y quedó excluido de sus decisiones. Hecho que recibió críticas negativas a través de los medios de comunicación (EQUIPO KARAIVE, 2013, p. 123).

Apresentar o Pacto de Punto Fijo como um paradigma democrático venezuelano significa adjetivar com singularidade uma determinada experiência histórica. Significa dizer que a democracia não possui valor universal. Cabe situá-la como um sistema pautado na democracia representativa, que, de certa maneira, faz parte do conteúdo velho da IV República. A narrativa vai, portanto, traçando um caminho que explique a partir da lógica chavista as razões pelas quais foi necessário “refundar a República” a partir de uma nova Constituição, promulgada em 1999.

Na seção “*La Agenda Venezuela Acelera la Decadencia de la Democracia Puntofijista*”, os materiais da *Bicentenario* buscam explicar a transição entre a velha e a nova república. Sintonizados com o projeto chavista de construção histórica, cabe aos materiais bolivarianos expor a crítica a essa democracia modelo, diretamente ligada aos interesses estadunidenses:

Caldera inició su mandato prácticamente con un país estrangulado económicamente, derivado de la mayor crisis económica del siglo XX. Es tal el panorama económico, que se suscita una emergencia bancaria en diciembre de 1994, que trae como consecuencia un cambio en la potestad de la política cambiaria, la cual queda a partir de ese momento en manos del Ejecutivo y no del Banco Central de Venezuela. [...]Prácticamente estos apuros económicos colocaban al país ante una inminente crisis financiera. Nuevamente, el pueblo estaba envuelto en demagogia, en promesas incumplidas. [...] Ante el tren ministerial de economía y planificación de la presidencia de Caldera el Fondo Monetario Internacional (FMI) y representantes del gobierno de los EEUU declaraban: ‘Nos congratulamos y aplaudimos las reformas económicas anunciadas por el presidente Rafael Caldera [...] Venezuela es un baluarte de la democracia latinoamericana. Es, además, nuestro principal abastecedor petrolero y uno de nuestros principales socios económicos en el hemisferio [...] Nosotros creemos que las medidas de ajustes contribuirán a sacar a Venezuela de la crisis económica y financiera que ha estado experimentando’ (KARAIVE, 2013, p. 161-163)

Percebe-se que não há imparcialidade no que diz respeito à opinião do último governo da democracia “*puntofijista*”. Rafael Caldera representa o governo que aprofundou a maior



crise econômica e financeira do século XX. Além disso, Caldera e a democracia “*puntofijista*” são identificados com os interesses estadunidenses na região, como podemos detectar no trecho que replica a fala de governantes norte-americanos, que tratavam a democracia venezuelana como um “baluarte”, “exemplo”, uma vez que a Venezuela era um dos “principais sócios no hemisfério”. O julgamento sobre o período da democracia “*puntofijista*” é a substância necessária para apresentar a construção de uma nova república. Conforme propagado por aliados chavistas que buscavam na crise sistêmica da IV República motivos para uma nova orientação no tempo, a *Bicentenario* afirma a tese revisionista analisada por Steve Ellner e demais pesquisadores, alinhados e dispostos a disputarem politicamente o sentido atribuído às noções de passado, presente e futuro para a construção de um novo projeto nacional.

É dentro dessa trincheira histórica de reinterpretação do passado que Hugo Chávez aparece como um marco. Suas ações rumo à construção de uma nova república se iniciam não em sua eleição, mas quando lidera um Golpe de Estado, revisto pela *Bicentenario* e pela nova orientação bolivariana como uma “rebelião militar” no ano de 1992:

Uno de los aspectos, que los analistas en el área económica destacan como un detonante silencioso que fue labrando el camino de la inconformidad, no solo del grupo de militares que decidieron dar el paso adelante el 4 de febrero, sino de ese pueblo que desde múltiples facetas y actitudes en adelante se hará sentir, es el correspondiente a los efectos que dejó en el país el proceso de sustitución de importaciones que constituyó una constante en la política económica neoliberal emprendida por los gobiernos del régimen de Punto Fijo (EQUIPO KARAIVE, 2013, p. 154).

O famoso quatro de fevereiro seria uma consequência dos saques de supermercados feitos pela população em Caracas – o *Caracazo* – em 1989. É possível perceber uma interconexão feita pelos autores do livro entre a revolta popular e a rebelião militar liderada pelo movimento bolivariano interno do exército. Não se trata, portanto, de um simples golpe militar. Cabe construir uma orientação na qual os jovens militares liderados por Chávez se identificavam com a revolta popular, buscando um contraponto às “políticas neoliberais” que mantinham a população na extrema pobreza.

Já em 1998, Chávez aparece como representante do rompimento com a democracia “*puntofijista*”, que perdurou durante 40 anos. Os autores traçam um quadro comparativo entre o líder do Movimento V República e os demais candidatos às eleições para a presidência da Venezuela. O material estabelece um recorte classista, na qual os outros candidatos são identificados como representantes das “elites”, enquanto Chávez aparece como um líder das “camadas populares”:



Figura 1 – Caldera e Chavez (Colecion Bicentenario: Nuestra História Republicana)



Fonte: Equipo Karaive (2013)

A linha divisória bolivariano-popular consiste em distinguir Chávez e apresentá-lo como o “novo”, em oposição aos candidatos e ao último presidente “*puntofijista*”, Rafael Caldera. Há uma preocupação em se estabelecer a distinção entre o presidente “que foi”, das famílias tradicionais, de “formação em colégios privados” e o “que chega” (Chávez), “de aspecto físico mestiço”, de um “núcleo familiar humilde que estudou em escolas públicas”. A busca pela distinção formata o Chávez do povo, público e estatista que quer mudança e o Caldera das elites, “*puntofijista*” e defensor dos privilegiados.

Ao chegar no período da chamada V República, o livro passa a demonstrar as diferenças conceituais existentes entre o período anterior e o “início da refundação da república” (EQUIPO KARAIWE, 2013, p. 169) por meio de uma Assembleia Constituinte. O Estado Democrático de Direito passa a ser visto como um “Estado Social de Direito”, cuja “justiça social” é imbuída de substância não só do direito formal, mas a partir de um modelo de desenvolvimento “*socioeconómico endógeno e independiente y con la participación protagónica de todo el pueblo venezolano, sin exclusión de ningún tipo*” (EQUIPO KARAIWE, 2013, p. 172).

Em termos de projeto político, há uma clara polaridade entre o velho e o novo. No entanto, cabe refletir sobre a forma com que a liderança dessa “nova era bolivariana” é tratada nos livros da *Bicentenario*. O primeiro elemento consiste em enxergar Hugo Chávez numa perspectiva dialética. Ou seja, é preciso analisar o político inserido nas contradições sociais e nos antagonismos ainda muito presentes entre o chavismo e sua oposição. Não há um Chávez monolítico ou defendido por todos os venezuelanos, como há hoje um Bolívar dos “ricos e dos



pobres”. Por mais que exista a construção de um senso comum atual no país da própria direita em reconhecer os avanços promovidos por Chávez, com o intuito de diminuir a relevância do atual presidente Nicolas Maduro, há ainda uma divisão ideológica muito clara entre os campos políticos em disputa na Venezuela. Nesse sentido, para entender o chavismo no contexto da Vª República é fundamental que seja detectado e construído um “inimigo comum”, que vá na contramão dos interesses do povo venezuelano.

O inimigo comum que, em termos políticos, representa um contraponto à era do desenvolvimento econômico, redução das desigualdades, das reformas sociais e da redução da inflação² é Henrique Capriles Radonski, último candidato do bloco oposicionista que disputou com Chávez e, após sua morte, com Nicolas Maduro, a presidência da república. Em ambos os casos, Capriles conseguiu um resultado eleitoral expressivo, principalmente quando se opôs a Maduro, obtendo cerca de 49% dos votos, contra 51% do atual presidente. A construção do inimigo comum traça uma estratégia de apresentar a biografia política do candidato da oposição, mostrando seu lado antidemocrático e golpista, como podemos perceber no seguinte trecho:

[...] golpe de Estado del 11 de abril de 2002, específicamente a [H]Enrique Capriles Radonski por el asalto a la embajada de Cuba, los sucesos de Puente Llaguno y a los firmantes del llamado Decreto de Carmona: Julio Brazón, Ignacio Salvatierra, Leopoldo López, María Corina Machado, Alberto Federico Ravell, Guillermo Zuloaga, entre otros. El gobierno nacional decretó tres días de duelo y numerosas personas e instituciones, dentro y fuera del país, manifestaron su repudio por el crimen (EQUIPO KARAIVE, 2013, p. 180).

Interessante notar que, ao situar Capriles como um responsável pela tentativa de assalto à embaixada de Cuba, não há no corpo do livro nenhuma figura ou foto do candidato oposicionista, até mesmo quando se narra sobre as eleições disputadas contra Hugo Chávez, onde conseguiu 44% dos votos. Enquanto todos os oposicionistas derrotados aparecem em imagens, preferiu-se silenciar visualmente a imagem de Capriles, deixando a entender que trata-se de uma manobra política, ou, em nossa opinião, uma tática eleitoral, situando-o como mais um dos demais golpistas de 2002. Dar uma dimensão imagética ou figurativa para um inimigo comum ainda em vida pode significar, dentro da arena de disputa política, um enaltecimento de alguém que não merece o papel protagônico. É, nesse sentido, pragmaticamente mais interessante deixá-lo à sombra da memória histórica coletiva. Táticas ideológicas desse porte

² Até mesmo respostas sobre o atual quadro inflacionário, há uma necessidade de contraposição entre a velha e a nova república: “En cuanto a la inflación, en Venezuela fue mucho mayor en los años previos al gobierno de Chávez, alcanzando tasas de 45,9 % en 1993, en 1994 de 70,8 %, de 56,7 % en 1995 y de 103 % en 1996; mientras que en el Gobierno de Chávez la inflación ha tenido un comportamiento de 22 % en promedio, y desde el año 2000 los trabajadores han recibido aumentos de salario mínimo todos los años”. Ver: Equipo Karaive (2013, p.184).



são comuns nos livros didáticos, conforme percebemos nos materiais didáticos soviéticos, nos quais Trotsky é apagado de fotos em que aparece junto a Lênin, por exemplo. Ou até mesmo nos Estados Unidos, quando os conflitos raciais não faziam parte das páginas dos livros até a década de sessenta (CARRETERO, 2010).

Se o inimigo comum é uma tática de manobra da orientação prática no tempo dos chavistas, outro elemento importante a ser considerado é a construção ideológica do bolivarianismo, no qual Bolívar é apropriado pelo chavismo como a matriz substancial de visão filosófica para a refundação da república. Para que haja um efeito prático disso, as figuras de Chávez e Bolívar são faces de uma mesma moeda, mesmo que em tempos históricos distintos:

En primer instancia, la necesidad de legislar para el pueblo y con el pueblo. Bolívar, a pesar de provenir de “cuna de oro” lo hizo ayer, tomó decisiones a favor de los desposeídos. La situación de los esclavos, las experiencias del exilio en Antillas, tanto en Jamaica como en Haití, las confiscaciones de tierras, los haberes militares a favor de negros, pardos e indios, etc.; alimentaron los idearios de un Bolívar que comprendió que sin participación popular no podía haber Independencia. Hugo Chávez, de origen humilde y guardando las distancias temporales, hizo lo propio; su Gobierno tuvo un gran contenido popular, sancionado cuerpos legales, empezando por la mismísima Constitución Nacional de 1999, en la que se dignifica a los sectores históricamente excluidos. Sería extenso nombrar todas las iniciativas adelantadas por Hugo Chávez Frías que van desde leyes progresistas pasando por instituciones como las misiones, instrumentos efectivos de avance social para los humildes e invisibilizados de la democracia representativa (CARRETERO, 2010, p. 211).

Percebe-se uma fusão ideológica entre figuras do passado e presente. Hugo Chávez aparece como um continuador da obra de Bolívar. Para consolidar tal fusão, são contrastados em um primeiro momento a origem social de ambos, mostrando que o primeiro veio das classes abastadas, enquanto que o líder militar é de origem humilde. No entanto, apesar das diferentes origens sociais, há uma aproximação ideológica que assemelha o estilo de governo de ambos. Nesse sentido, aparecem na retórica chavista como dois estadistas comprometidos com os interesses das maiorias pobres. Em contraste ao chavismo declarado da *Bicentenario*, temos como contraponto os livros didáticos confeccionados pelo mercado editorial, em especial os materiais da editora espanhola Santillana.

Hugo Chávez não aparece nos materiais como líder de um “novo paradigma republicano”, e sim como um criador de um movimento – o Movimento Bolivariano Revolucionário – 200 – que “moralizasse o exército” e lutasse “contra a corrupção” (MORÓN; REYES; ROMERO; DIAS 2011, p. 192). No que diz respeito a tentativa de tomada de poder em 1992, o material da Santillana trata tal ação política como um “Golpe de Estado”, conforme defendido pela visão historiográfica tradicional. Ao contrário dos materiais da *Bicentenario*, o



quatro de fevereiro de 1992 não é uma data em que se deve comemorar a rebeldia e a resistência dos militares venezuelanos contra as políticas neoliberais implementadas por Caldera.

O material privado analisado também não trabalha com os marcos históricos dos livros chavistas. O governo de Hugo Chávez é tratado como um sucessor de Rafael Caldera. Porém, não se vê nenhuma menção ao Pacto de Punto Fijo ou o estabelecimento de quadros comparativos entre os governantes do passado. Podemos dizer que a narrativa desses materiais é de cunho informativo, seguindo o estilo típico das enciclopédias. Datas são apresentadas e números estatísticos assumem a condução do texto. A única problematização de cunho mais “ideológico” do texto é quando o material se preocupa em mostrar que durante o governo Chávez houve uma maior “participação cidadã” da “sociedade civil” no governo, tanto do ponto de vista da construção de novos processos eleitorais para além dos cargos parlamentares e executivos, como também das formas de participação da população nos “*consejos comunales*” (MORÓN; REYES; ROMERO; DIAS 2011, p. 195).

A perspectiva de não considerar Hugo Chávez como um marco é perceptível quando o livro, na seção a respeito da “*Sociedad y economia contemporânea*”, debate o problema da inflação. Diferentemente dos materiais da *Bicentenario*, onde o problema da inflação foi resolvido pelo governo da Vª República, que a diminuiu drasticamente, o livro editorial-privado considera que as medidas tomadas durante os governos anteriores (Andrés Perez e Caldera) também auxiliaram no combate à inflação. No entanto, não explicam os motivos dessa possível continuidade de orientação governamental (MORÓN; REYES; ROMERO; DIAS 2011, p. 193).

Outra questão contrastante é a ausência de discussão sobre a tentativa de golpe ocorrida em 2002. Os materiais falam sobre o “aumento do preço do petróleo” promovido pelo governo durante os anos de 1999 e 2000 e já “pulam” para o ano de 2003, quando, devido aos “*conflitos sociais*” e no “*mayor de estos conflictos [que] ocurrió el 11 de abril de 2003, cuando un golpe de Estado separo a Chávez del poder por dos días*” (MORÓN; REYES; ROMERO; DIAS 2011, p. 194).

O material da editora Santillana reconhece o avanço da participação cidadã no governo Chávez, demonstrando que o chavismo conseguiu ampliar sua hegemonia até chegar aos materiais que supostamente seriam contrários à defesa do líder bolivariano. No entanto, esse reconhecimento é bem mais “frio” se comparado com os materiais da *Bicentenario* e, também, menos problematizador sobre essa época. O fato de pouco se falar sobre tal contexto significa dar pouca ênfase a um tema ideologicamente não tão interessante de se discutir. Percebe-se que



o Hugo Chávez da Santillana é um governante que possui suas especificidades, mas é um político como outro qualquer, dando a entender que não há grandes transformações de fato em seu governo. Tal perspectiva é possível de ser evidenciada quando identificamos a responsabilização dos problemas sociais da sociedade venezuelana. Diferentemente da *Bicentenario*, onde existem inimigos declarados, os materiais da Santillana não responsabilizam os governantes pelos problemas sociais, e sim a um termo abstrato, aparentando uma possível construção de uma narrativa “neutra” e, portanto, mais “científica” (leia-se: enciclopédica) sobre os acontecimentos históricos.

Lula: Entre a Corrupção e a Ascensão Social

Para entender o governo de Luís Inácio Lula da Silva, utilizamos o mesmo procedimento metodológico de nossas análises sobre o chavismo. Retornamos ao recorte temporal anterior ao governo Lula. No entanto, diferentemente do governo Chávez, no História e Vida Integrada, Lula é interpretado nos livros a partir do processo de redemocratização da década de 90, especificamente após o governo Fernando Henrique Cardoso. O recorte temporal da história política de ambos os governos é tema de um capítulo específico, intitulado “a democracia consolidada”. Já no “Projeto Araribá”, o governo Lula é parte da inserção do “Brasil na nova ordem mundial”, ampliando o recorte para o breve governo Collor. Diante das diferentes narrativas, os materiais didáticos brasileiros apresentam algumas nuances de divergência a respeito do significado do governo Lula e, conseqüentemente, sobre sua “antípoda Tucana”, o governo FHC.

O título do capítulo “a democracia consolidada” já nos permite enxergar uma orientação conceitual sobre as ideias de representação e poder. Democracia aparece como um sistema preconcebido e, portanto, assume determinada universalidade. Nesse sentido, ao invés de se precisar a democracia brasileira baseada nos alicerces da Constituição de 1988, forjada nos ideais liberais da democracia representativa, ela aparece como um regime político natural e único. A mesma estratégia narrativo-conceitual aparece no Projeto Araribá, onde a ideia de democracia é diretamente identificada com o sistema representativo-liberal.

No que diz respeito à figura de Lula nesse recorte histórico da década de 90, o Projeto Araribá busca traçar uma diferença entre o “Lula eleito em 2002” e o “Lula de 1989”, derrotado por Fernando Collor de Mello. O Lula de 1989 é o candidato “das reformas profundas, principalmente a agrária, que assustava os latifundiários” (APOLINÁRIO, 2006). No material dos Pilletti, Lula aparece no capítulo anterior, que fala do governo Collor como somente um concorrente que perdeu as eleições no segundo turno em 1989 (PILETTI; PILETTI, 2008).



Os pontos de convergência entre ambos materiais aparecem na narrativa sobre o governo FHC. Ambos apresentam o governo tucano como um “controlador da inflação”. Ao mesmo tempo que, para chegar aos índices de “modernidade e desenvolvimento” defendidos por FHC, foi necessário “desnacionalizar” ou “privatizar” empresas públicas, numa perspectiva de redução das atribuições do Estado na economia. Ambas categorias aparecem como sinônimas, apesar de que o sentido do conceito desnacionalizar identifica os termos de Estado e Nação como elementos iguais. Em “História e Vida Integrada”, há um reconhecimento do avanço no campo da educação durante o governo tucano, que aumentou a inserção de crianças nas escolas “de 90% para 97%”. No Projeto Araribá, não há nenhuma menção positiva sobre o governo FHC que seja para além da conquista da redução da inflação.

Percebe-se que ambos os livros não problematizam, durante o governo FHC, o processo de articulação e implementação do Plano Real. Não há nenhuma menção crítica a esse Plano, que é visto como um sistema de metas que gerou “estabilidade econômica” e “crescimento”. Assim como a ideia naturalizada de democracia, o Plano Real também é objeto de naturalização desses materiais, apesar de existir uma bibliografia crítica a respeito do tema³.

Ao situar o governo Lula, ambos os livros apresentam algumas diferenças. O História e Vida Integrada busca situar o governo petista com maiores detalhes e informações, com o objetivo de enaltecer algumas “conquistas” do governo se comparadas com FHC. Já o Projeto Araribá possui uma narrativa mais “fria” e pouco detalhista sobre o significado do governo Lula, citando somente o programa Bolsa-Família como projeto autêntico petista.

Em História e Vida Integrada percebemos uma íntima relação entre o marco teórico-conceitual apresentado por intelectuais públicos defensores do petismo (SADER, 2013) e sua narrativa. Principalmente quando situamos a perspectiva sociológica de análise das classes sociais. Assim como é feito pelas estatísticas do governo, as classes sociais não são mais identificadas a partir de categorias relacionadas à sua ação no mundo do trabalho, mas pela renda. Desta forma, existem cinco classes sociais (A, B, C, D, E) que ascendem ou descendem

³ Para se ter uma análise onde o Plano Real é entendido como um “Pacto de Classe”, indicamos a leitura do artigo do professor Nildo Ouriques: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1698>. Nele o professor caracteriza o Plano Real da seguinte forma: “O Plano Real, o pacto de classe que paralisa o Brasil, sustenta-se sobre três pilares. O primeiro deles – tanto na fase da estabilização (FHC) quanto na do suposto crescimento (Lula/Dilma) – é o gigantismo do endividamento estatal (interno e externo). Em junho de 1994, a dívida interna não superava R\$ 64 bilhões e FHC concluiu seu segundo governo com R\$ 700 bilhões. Lula não ficou atrás: após oito anos, a dívida interna alcançou R\$ 1,5 trilhão e Dilma tampouco vacilou em superar os R\$ 3 trilhões. Na mesma direção, o endividamento privado externo voltou a crescer e contribui de maneira direta para manter o automatismo da dívida segundo o qual quanto mais o país “paga”, mais a dívida cresce!”



de acordo com a política macroeconômica do governo. No caso do material didático citado, podemos perceber a correlação entre o petismo e sua narrativa no seguinte trecho:

Nos dois primeiros anos de seu segundo mandato, Lula pôde comemorar alguns novos êxitos de sua gestão. Em 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 5,4%. Nesse mesmo ano, anunciou-se uma queda de 27,7% da miséria no Brasil e o crescimento da renda dos pobres em 53%. Esses números indicam que, entre 2006 e 2007, 20 milhões de pobres saíram das classes D e E e ingressaram na chamada ‘classe C’, que corresponde a 46% da população brasileira (o grupo de maior renda é a classe A, que é seguida pela classe B e assim sucessivamente; os mais pobres estão nas classes D e E) (PILETTI; PILETTI, 2008:295).

Os argumentos levantados se baseiam na retórica petista, que identifica nos programas de transferência de renda as razões de uma possível “renovação da pirâmide social” brasileira, existindo assim uma “nova classe média”. Durante as eleições de 2014, podemos perceber que a base de argumentação econômica dos governos Lula e Dilma estava intimamente ligada à reinterpretção classista, da “saída de milhões da pobreza” e sua consequente entrada no “mercado consumidor⁴”. Além dessa perspectiva da classe média, interessante notar que, além da ascensão social do governo, o material também enaltece os altos índices de crescimento econômico, a melhoria no índice de desenvolvimento humano e o Plano para Aceleração do Crescimento (PAC).

Em contraste a essa perspectiva, na qual há uma diferença entre os governos tucanos e seus sucessores petistas, o Projeto Araribá segue uma outra lógica. Ele situa a política econômica do governo petista como uma continuidade do projeto de FHC, baseado no “aumento dos juros” e no “controle da inflação”, ou seja, há, de certa maneira, uma aproximação do discurso do livro com a orientação temporal dada pelos governos tucanos, que alegam a semelhança entre FHC e o governo Lula.

Ambos os livros convergem ao utilizar como marco histórico o escândalo do Mensalão como uma grande acusação de corrupção que afetou o governo petista. No entanto, enquanto que no História e Vida Integrada o uso do termo mensalão é utilizado para caracterizar essa denúncia, o Projeto Araribá prefere tratar do caso de forma eufêmica, sem sequer se utilizar do termo que foi midiaticamente compartilhado para esse fato.

Nos livros didáticos brasileiros, Lula também não aparece como uma figura mítica, ou seja, fruto da reencarnação de outro político. Por mais que muitos enxerguem em sua trajetória semelhanças com certo “populismo varguista” ou com o desenvolvimentismo de Juscelino

⁴ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=loTiN45zblI>. Nesse vídeo, Lula apresenta a perspectiva de defesa da nova classe média a partir da lógica do consumo e da transferência de renda.



Kubitschek, não há nenhuma tentativa de inclusão de Lula em outro projeto histórico que não seja o seu.

Por fim, podemos dizer que a convergência entre os materiais brasileiros está na sua não-utilização de termos “ideologicamente comprometedores”. Há uma tentativa de diluir possíveis compromissos e defesas do governo petista ou de estabelecer alguma crítica a ele. Apesar de haver um grande debate do petismo sobre a possibilidade de ruptura com o neoliberalismo, não há nenhuma menção ao conceito. O governo Lula não surge na narrativa com tantas definições, por mais que os autores façam em suas narrativas as devidas manobras conceituais e distinções entre tucanos e petistas.

Considerações Finais

O quadro traçado permite visualizar um grande contraste nas formas e apropriações realizadas por Chávez e Lula em seus países. Por mais que sejam líderes latino-americanos considerados de esquerda pela mídia e a opinião pública internacional, a forma com que se traduz sua aprovação nos materiais se dá a partir da sua força no diálogo com a população e na própria construção da opinião pública. Podemos dizer que só existe um Chávez bolivariano porque possui força política e midiática, a partir das televisões públicas, estatais e comunitárias, que enaltecem a revolução. Tal perspectiva só possui sentido devido ao íntimo diálogo com as classes populares e, portanto, com a construção de uma sociabilidade política singular.

No caso brasileiro, Lula é uma figura com altos índices de aprovação devido aos seus dois governos e sua simbologia enquanto membro da classe trabalhadora que chegou ao poder. Entretanto, seu governo não busca fazer uma “revolução” e não possui tanto impacto no que diz respeito à mobilização popular. Além disso, Lula também não se chocou com tanta ênfase com relação aos grandes interesses das elites, se comparado com Chávez. Por isso, podemos deduzir que o fato de não se ter tantas polêmicas envolvidas em seu governo, tendo somente os programas de transferência de renda e as políticas afirmativas como possíveis perspectivas de enfrentamento, o conteúdo de seu governo não é de polarização classista, como ocorre na Venezuela com o chavismo. Pelo contrário, sua perspectiva está mais para uma conciliação, apesar de muitas vezes situar as elites como as representantes do atraso brasileiro (OTONI, 2013).

Diante das dificuldades de definição, o mais interessante de se estabelecer esse quadro é perceber que, ao se comparar conjunturas nacionais distintas, o livro didático é um importante termômetro capaz de observar as manobras políticas e as propagandas ideológicas em disputa na sociedade. Cada palavra no material didático possui um valor importante. Cada conceito



busca definir uma visão de mundo para os jovens que consomem esse material. Portanto, cada detalhe é importante, principalmente quando analisamos figuras políticas contemporâneas no calor do momento. Com certeza, quando nosso próprio texto estiver mais frio, com o passar do tempo histórico, podemos dizer que alguns elementos podem ser drasticamente revistos por outros pesquisadores, ou até mesmo pelo próprio autor.

Referências

CARRETERO, Mario. **Documentos de identidade**: a construção da memória histórica em um mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ELLNER, Steve. **El fenómeno Chávez**: sus orígenes y su impacto. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2011.

EQUIPO KARAIVE. **Colecion Bicentenario**: Historia de la Republica. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Educacion, 2013.

HILL, Christopher. **Lênin e a Revolução Russa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. Edição.

MORÓN, REYES, ROMERO E DIAS R. **Historia Universal de Venezuela**. Caracas: Editora Santillana, 2011.

OTONI, Pedro. **Três aproximações à esquerda da ordem**. Disponível em: <www.marxismo21.org>. Acesso em: 12 jun. 2013.

PILETTI, Cláudio; PILETTI, Nelson; TREMONE, Thiago. 3 ed. **História e vida integrada**. São Paulo: Ática, 2008.

SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.